

## SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E OS IMPACTOS SOCIO-AMBIENTAIS: A PRESERVAÇÃO DOS GEOGLIFOS E A SUA RELEVÂNCIA PARA A COMPREENSÃO DO PASSADO PRÉ-COLONIAL DO ESTADO DO ACRE

Fernando Ferreira<sup>1</sup>  
Raquel Frota Rodrigues<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo aborda os impactos sociais e ambientais oriundos da descoberta de sítios arqueológicos no Sudoeste da Amazônia, especificamente os que se encontram em território acreano. A perspectiva é discutir possíveis temáticas e metodologias relacionadas processos de educação patrimonial, bem como propor novas abordagens relacionadas ao tratamento científico do patrimônio arqueológico. Por opção metodológica, o trabalho foi desenvolvido a partir de processos de diálogos/problematizações com os referenciais bibliográficos que serão apresentados no decurso do texto.

Palavras-chave: Arqueologia do Acre; Conservação; Educação Patrimonial.

### ABSTRACT

This article deals with the social and environmental impacts arising from the discovery of archaeological sites in the Southwest of the Amazon, specifically those found in Acre territory. The perspective is to discuss possible themes and methodologies related to heritage education processes, as well as to propose new approaches related to the scientific treatment of archaeological heritage. By methodological option, the work was developed from processes of dialogues / problematizations with the bibliographic references that will be presented in the course of the text.

Keywords: Archaeology of Acre; Conservation; Heritage Education.

A proposta desse artigo é analisar os impactos socioambientais inferidos em sítios arqueológicos, tipo Geoglifo, no sudoeste da Amazônia, especificamente os que se encontram no estado do Acre. A perspectiva é demonstrar a importância da conservação desses sítios arqueológicos, para que se possam desenvolver políticas públicas voltadas para a educação patrimonial. Para tanto, usa-se como exemplo os sítios arqueológicos de tipo Geoglifo que foram impactados pela BR-317. A metodologia utilizada para a confecção deste artigo foi exclusivamente bibliográfica. Primeiramente explicitam-se conceitos que distinguem a ciência arqueológica, bem como a sua importância e interdisciplinaridade. Após essa compreensão, abordam-se os sítios arqueológicos do tipo Geoglifo existentes no estado do Acre, através de uma pequena historiografia de sua descoberta, objetivando ilustrar a sua grandiosidade. Em seguida fala-se em específico dos im-

1 Graduação em História pela UFAC (2016). Especialista em Arqueologia e Cultura pelo Instituto Cotemar (2020) e Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2019). Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) no Instituto Federal do Acre e Membro da ANPUH-AC.

2 Graduação em Ciências Sociais pela Instituição União Educacional do Norte (2011), Graduada em História pela Instituição Universidade Federal do Acre - UFAC (2015), Esp. em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico Arte/UNB (2018); Especialista em Arqueologia e Cultura pelo instituto COTEMAR (2018).

pactos socioambientais causados pelo desconhecimento acerca destas estruturas arqueológicas. Segue-se abordando e conceitualizando políticas de Educação Patrimonial e sua eficácia para a compreensão por parte da sociedade acreana, de seu patrimônio arqueológico. Por fim, a conclusão aqui apresentada não remete a uma ideia de finalização, apenas propõem novas abordagens relacionadas ao tratamento científico do patrimônio arqueológico.

## A CIÊNCIA ARQUEOLÓGICA

A arqueologia é uma entre tantas outras ciências, que busca elucidar o desenvolver do homem em sociedade. Estuda, mais especificamente, os sistemas socioculturais, “sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo, a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade” (FUNARI, 1988, p.22). É em essência uma ciência interdisciplinar, na medida em que se vale das mais variadas disciplinas científicas para produzir o seu conhecimento específico.

Em outras palavras, é através do estudo dos resíduos materiais (túmulos, restos de cerâmica, templos, artefatos de caça, pinturas rupestres, etc.), que se torna possível estudar sociedades de várias épocas, desde aquelas que pertenceram a um passado remoto considerado pré-histórico, até sociedades contemporâneas em geral. Sendo assim, em síntese podemos dizer que a “arqueologia é a ciência que estuda as culturas a partir do seu aspecto material, construindo suas interpretações através da análise dos artefatos, seus arranjos espaciais e sua implantação na paisagem” (GASPAR, 2000, p.7). A próxima citação exemplifica tanto o objetivo da arqueologia quanto a potencialidade das técnicas desenvolvidas por estes cientistas:

Nenhum dos povos que viveram no Brasil antes do descobrimento possuía escrita. Apesar disso, podemos ter uma ideia bastante correta de como eles viviam, através das descobertas feitas por arqueólogos. Embora eles não possuíssem escrita, deixaram instrumentos de pedra, pinturas nas paredes das cavernas e objetos de cerâmica. Pelas escavações realizadas por arqueólogos, é possível localizar restos de antigas aldeias, cemitérios, ossadas e alimentos, que permitem reconstruir a vida diária daqueles habitantes. Afora isso, os arqueólogos dispõem de várias técnicas que permitem datar com precisão a idade de um osso ou do carvão de uma fogueira. (FUNARI, 2001, p.12)

Faz parte do trabalho de um arqueólogo identificar a existência de sítios arqueológicos, ou seja, definir os locais onde se possam encontrar os resquícios materiais de culturas que viveram no passado (SOUZA, 1997, p.117). Durante o desenvolvimento da ciência arqueológica, várias categorias e tipologias foram criadas para classificar os diversos sítios arqueológicos existentes, cada um com sua devida especificidade.

Sendo fonte de conhecimento e testemunho material da vida daqueles que partilhavam uma mesma sociedade, num passado remoto ou mesmo contemporâneo, a atenção despendida aos sítios arqueológicos cresce na medida em que as pesquisas arqueológicas tornam-se populares. Logo, “questões como a proteção e a conservação das áreas arqueológicas, interpretação e apresentação dos sítios de uma forma atrativa, são preocupações do dia-a-dia dos arqueólogos do presente” (MATOS, 2008, p.31).

Existem diversos tipos de sítios arqueológicos no estado do Acre. Dentre eles, os que mais chamam a atenção da comunidade científica e dos Órgãos Públicos em geral, são aqueles denominados geoglifos. Para uma melhor compreensão do porque esses sítios serem tão relevantes faz-se necessário explicitar o contexto histórico que engloba sua descoberta.

## OS GEOGLIFOS DO ACRE

Em 1977 teve início na região acreana o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica - PRONAPABA, tendo como principal objetivo levantar a maior soma possível de informações através da realização de prospecções ao longo de bacias hidrográficas. Contava com a presença dos arqueólogos Ondemar Ferreira Dias Jr e Franklin Levy, ambos do Instituto de Arqueologia Brasileira. Tal expedição contou também com a participação do então aluno de Geografia da Universidade Federal do Acre- UFAC, Dr. Alceu Ranzi.

Através da realização dessas pesquisas, foi possível até 1980 a identificação e o cadastro de 70 sítios arqueológicos na região. Dentre esses sítios identificados, havia algumas singulares estruturas de terra com grandes dimensões (sabe-se hoje que variam entre 20 e 385 metros de diâmetro/lado). Segundo a primeira publicação, intitulada “As estruturas de Terra na Arqueologia do Acre”, sobre as prospecções ocorridas, temos que:

Logo no primeiro sítio localizado por nós em 1977, próximo à cidade de Rio Branco, pudemos constatar a existência de uma estrutura circular em forma de valeta pouco profunda, com um pequeno acúmulo de terra em forma de mureta na área externa do círculo. Posteriormente mais uma série delas foram localizadas, algumas das quais forneceram material cerâmico arqueológico.” (DIAS JR. E CARVALHO, 1988, pag17).

Sabe-se hoje que tais “valetas” de terra antropogênicas, ou seja, construídas pelas mãos de homens, tem de 0,35 a 5 metros de profundidade e são encontrados em formatos variados como os de círculos, quadrados, ovais, retangulares e até mesmo um hexágono. Existem também, em algumas destas estruturas, caminhos retos que as conectam. Antes das pesquisas arqueológicas terem início na região, tais estruturas eram identificadas pela população rural como sendo trincheiras utilizadas durante a “Revolução Acreana”.

No entanto, a existência de material cerâmico nestas “valetas” (o que revelaria, portanto, a existência de ocupações distintas em tais sítios), fez com que os estudiosos descartassem rapidamente a suposição dos colonos. A conclusão a que chegaram Dias Jr. e Carvalho a princípio, através das análises feitas na época, fora a de que a construção dessas valetas serviria para a plantação de abacaxis ananás, estes funcionariam então como uma barreira natural para a proteção de supostas invasões de outros homens ou mesmo de animais selvagens.

De 1984 a 1985 foram realizadas novas pesquisas e escavações nessas estruturas, como forma de atividades de extensão teórica e prática em arqueologia. Coordenadas pelo arqueólogo Oldemar Blasi do Museu Paraense Goeldi, e pelo antropólogo da UFAC, prof. Dr. Jacó Cesar Piccoli, os resultados de tais pesquisas estão sendo preparados para a publicação.

Em 1994, Ondemar Dias voltou ao Acre para mais uma escavação, desta vez no sítio batizado como Los Angeles, escolhido pelo seu tamanho estrutural e seu bom estado de conservação. E para tanto contou com o apoio dos então professores Mauricélia Barroso e Marcos Vinícius Simplicio das Neves, ambos do Departamento do Patrimônio Histórico do estado do Acre. Tal pesquisa teve o patrocínio da *National Geographic Society* e os dados resultantes incluídos ao PRONAPABA. Algumas amostras das cerâmicas encontradas no sítio Los Angeles foram datadas, e revelaram 400 anos de permanência em sítio, o que leva a crer que a população que os criou tenha existido à, pelo menos, 1.000 anos atrás.

Em fins da década de 90, Dias realizou uma classificação das cerâmicas encontradas nas diversas “estruturas de terra” escavadas por ele e suas equipes, dividindo-as em fases: Quinari,

Iquiri, Iaco, Jacuru, Xapuri e Los Angeles. Após tais pesquisas, o caso das singulares estruturas de terra existentes na região acreana ficou, aparentemente, esquecido.

A então redescoberta das “estruturas de terra” enquanto potencial científico, e a possibilidade de sua revelação ao público leigo e erudito de todo o território Nacional e Internacional, deu-se principalmente, a partir das investidas do paleontólogo Dr. Alceu Ranzi, que desde 1999, logo após visualizar uma dessas estruturas através da janela de um avião comercial, e perceber que tais estruturas poderiam ser observadas em sua completude e conjunto do alto, tratou de coletar informações com as mais variadas fontes, de pilotos a fazendeiros e colonos.

Alceu Ranzi procurou patrocínio do governo para sobrevoos dos locais que julgava serem de maior incidência arqueológica, e assim poder fotografar as estruturas. Também procurou visitá-las pessoalmente, indo até as fazendas onde estas estavam localizadas e informando aos donos do território sobre a importância científica das mesmas. E a Ranzi deve-se também o batismo das então “estruturas de terra” como Geoglifo. De acordo com ele um Geoglifo “pode ser definido como um vestígio arqueológico representado por desenhos geométricos ou naturalistas, de grandes dimensões, elaborado sobre o solo. Um Geoglifo só pode ser totalmente observado se visto do alto, em especial, através de sobrevoos” (RANZI E AGUIAR, 2005, p.11).

A divulgação dos sítios tipo geoglifo, levada a cabo pelo professor Alceu Ranzi a partir de 1999 trouxe o Acre para o cenário arqueológico nacional e internacional e estimulou o interesse público e de pesquisadores sobre a região. O enorme apelo que os geoglifos possuem pela onda de mistério que cerca sua construção e as muitas perguntas que todos temos sobre eles certamente manterão por muitas décadas acesa a chama do interesse arqueológico sobre o Acre, atraindo muitos pesquisadores e a possibilidade de formação acadêmica de recursos humanos locais. (SCHAAN, 2008, p.40-41)

De acordo com a arqueóloga Denise Schaan (2008), ainda que o patrimônio arqueológico do Acre possa ter outros sítios tão ou mais interessantes quanto os Geoglifo do ponto de vista da ocupação pré-colombiana da região, a peculiaridade das estruturas de terra geométricas representa por si só um motivo a mais de interesse e necessidade de estudo. (SCHAAN, 2008, p.40-41). Segundo ela, as “paisagens acreanas são paisagens antropogênicas que oferecem hoje um belo espetáculo aos nossos olhos, que contemplam fascinados a engenhosidade dos que aqui viveram muito antes que essa terra se chamasse Brasil” (SCHAAN, 2010, p.17).

## OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

De acordo com a arqueóloga Ivandra Rampanelli, foram encontrados 818 geoglifos no Brasil, sendo que 523 deles no estado do Acre. E esse número continua crescendo. De acordo com o professor Jacó Piccoli estima-se que o número de geoglifos oscile “em um mínimo de 700 a um máximo de 1000 com a inclusão dos sítios que encontram-se protegidos pela Floresta Densa, ainda não devastada”. Tudo isso “ao longo de uma extensa área que vai do noroeste da Bolívia, passando por partes dos territórios atuais dos estados do Acre, Rondônia até o Sul do estado do Amazonas” (PICCOLI, 2006, p. 03).

É interessante analisar o fato de que tais sítios arqueológicos somente puderam ser descobertos graças à prática intensiva do desmatamento na região Amazônica.

Até o momento, temos descoberto esses sítios por causa do desmatamento, já que depois de seu abandono as estruturas foram cobertas pela vegetação, permanecendo durante séculos escondidas no meio da mata. Dessa maneira fica claro que as lacunas geográfi-

cas que possuímos com relação à ocorrência desses sítios podem ser devidas à cobertura vegetal e que um grande número de sítios ainda se encontra encoberto sob a floresta. (SCHAAN, 2010, p.14)

Ao pensar que para construir tais estruturas seria necessário “derrubar a floresta, teremos a exata dimensão do esforço despendido por grupos humanos que só tinham a sua mão machados de pedra e pás de madeira” (SCHAAN, 2010, p.13) O potencial científico dos sítios arqueológicos do tipo Geoglifo vai muito além da esfera propriamente arqueológica, permeando e reformulando antigas noções e conceitos históricos, sociológicos e antropológicos.

A importância desses sítios é inequívoca, pois o trabalho envolvido em sua construção, por parte de grupos indígenas que ali viveram há dois mil anos, sem a ajuda de modernas ferramentas para escavar e transportar toneladas de solo, indica que teria sido necessário um esforço coordenado de muitos braços, instruídos para a construção de gigantescas estruturas cuja precisão geométrica e consistência de medidas indicam planejamento meticuloso. (SCHAAN, 2010, p.13)

Afinal os Geoglifo existentes na região acreana quebram antigos paradigmas teóricos e ideológicos. A continuação das pesquisas acerca dessas estruturas contribui para ampliar a noção de pré-história acreana, fomentar novos estudos etnológicos, geográficos, agrônomos entre tantas outras disciplinas e assim, conseqüentemente, propor a interdisciplinaridade entre as ciências. Além de enriquecer o campo de trabalho de diversos profissionais das áreas humanas e físicas ao ampliar o número de profissionais necessários ao seu estudo e compreensão.

O estudo dos sítios tipo geoglifos nos faz refletir sobre duas dimensões da vida humana- espaço e tempo- que de fato não podem ser dissociadas. As paisagens são produto da modificação e apropriação por parte das sociedades humanas do seu entorno ao longo do tempo e nos mostram quão tênue é a linha que separa natureza e cultura, se é que ela existe. (SCHAAN, 2010, p.17)

No entanto, durante quase trinta anos, as pesquisas arqueológicas realizadas na região acreana foram negligenciadas, não sendo divulgadas as novas descobertas a respeito das “estruturas de terra” nem a comunidade científica e muito menos ao público leigo, a quem essas informações deveriam mais interessar.

O resultado dessa “política de omissão”, está impresso nos vários sítios arqueológicos devastados, tanto pela própria população quanto pelo próprio Governo do estado. Tanto por omissão quanto por desinformação. Hoje são várias as estruturas de terra cortadas por tratores, por estradas de asfalto, queimadas para plantio, algumas já foram até mesmo utilizadas como açude devido ao seu formato. Tudo isso compromete o estudo das estruturas de terra, já que muitas foram destruídas. Caso a omissão continue, a destruição irá continuar, e continuaremos a “perder” ricas informações a respeito da pré-história acreana.

Apesar da preservação prevista em legislação federal e estadual, tal patrimônio arqueológico foi e continua sofrendo impactos ambientais causados por diversas formas de atividades econômicas da iniciativa privada e por obras de infraestrutura socioeconômica pública e privada: fazendas de pecuária, agricultura mecanizada para produção de etanol, rodovias federais, estaduais e municipais, estradas particulares, linhas de transmissão de energia elétrica para zona rural, projetos de colonização agrícola, implantação de moradias na zona rural, açudes etc. Desmatamento, pastagens e erosão constituem

situações de impacto que afetam a maior parte dos sítios já encontrados (PICCOLI, 2006, p. 04)

A figura 1 representa muito bem esse estado de desinformação. O Geoglifo em forma de quadrado com 230 metros de lado localizado na rodovia BR-317, sentido Rio Branco- Boca do Acre, além de ter sido cortado pela mesma, também sofreu diversos outros impactos.



Figura 1- Foto aérea do sítio arqueológico Severino Calazans. Foto de Sergio Vale.

Ao analisar esta figura podemos perceber que este monumento de terra também “foi alterado por erosão devido ao pisoteio do gado, construção de casas e plantação de café e banana” (SCHAAN, RANZI E PÄRSSINEN, 2008, p.80). Sabe-se que até o momento, “o patrimônio arqueológico vem sendo negligenciado, tendo-se constatado que vários sítios arqueológicos têm sido afetados por estradas (rodovias e estradas vicinais)” além de outras “obras realizadas pelos proprietários das terras onde se localizam os sítios, pela falta de informação sobre a existência do patrimônio arqueológico e sua importância” (SCHAAN, RANZI E PÄRSSINEN 2008, p.115).

Mesmo que por um lado a preservação das estruturas de terra se dê através da proteção delas contra as chamadas “corridas ao ouro”, quando pessoas mal informadas veem nas relíquias arqueológicas algum tipo de lucro, como advogam certos profissionais, seria dever do Governo Nacional e Estadual promover um eficiente programa de Educação Patrimonial. O que, se já tivesse sido implantado há pelo menos dez anos atrás, teria evitado grande parte dos danos causados pela “política da omissão” que prevaleceu por, nunca é demais lembrar, quase trinta anos.



Figura 2- Foto aérea do sítio arqueológico Jacó Sá. Foto de Sergio Vale.

É fato que, a identificação e escavação de sítios arqueológicos, é apenas uma terça parte do trabalho de um arqueólogo. Assim, como qualquer outro cientista, este deve se preocupar com a produção e reprodução de conhecimento a respeito de seu objeto de estudo.

O desconhecimento já causou muitos danos ao nosso patrimônio arqueológico, e a omissão impediu também a reformulação de algumas teorias científicas que julgam ser impossível a existência de sociedades complexas na Amazônia. O objetivo deste tópico foi demonstrar os impactos que podem ser causados pela desinformação acerca do patrimônio arqueológico de uma região. Em níveis sociais, os impactos ocorrem através da privação de conhecimento da própria história regional, que ocasiona e impulsiona diversos tipos de preconceitos acerca dos povos indígenas que viveram e ainda vivem em território acreano. “Uma adequada caracterização, portanto, da configuração daquelas sociedades pré-coloniais pode vir a contribuir enormemente para a nossa compreensão do processo de colonização antiga da Amazônia”. Em níveis ambientais, “entender melhor as relações entre sociedades humanas e meio-ambiente” nos ajuda a “melhor avaliar os impactos que a crescente exploração dos recursos biológicos da Amazônia pode ocasionar a médio e longo prazos.” (SCHAAN, RANZI E PÄRSSINEN, 2008, p.115)

### **MEDIDAS MITIGADORAS DE IMPACTO**

Fica a pergunta: O que fazer para proteger esse patrimônio arqueológico? Ora, preservamos aquilo que reconhecemos como importante, e nesses termos, torna-se extremamente necessária uma política voltada para a Educação Patrimonial. De acordo a arqueóloga Denise Schaan (2008), a respeito da legislação acerca do patrimônio arqueológico vigente no país:

A lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961 é conhecida como a Lei de Arqueologia, porque especificamente trata dos sítios arqueológicos. No seu artigo 1º coloca que os monumentos arqueológicos de qualquer natureza, assim como os elementos que neles se encontram estão sob a guarda e proteção do poder público. Além disso, em parágrafo único deixa claro que a propriedade da superfície não inclui os sítios arqueológicos e os objetos neles contidos. Nos demais artigos, prevê ainda penalidades pela destruição do patrimônio arqueológico, assim como confere ao poder público a possibilidade de concessão de autorização para a pesquisa. (SCHAAN, RANZI; PÄRSSINEN, 2008, p.99)

No entanto, ao longo destes anos muito pouco se fez com relação à educação patrimonial no estado do Acre. Esta se torna imprescindível tanto para o esclarecimento da importância do estudo dos Geoglifos, quanto para o seu cuidado e preservação por parte não somente dos órgãos responsáveis, como também da própria sociedade acreana. Ações de documentação e pesquisa que permitam levantar, definir, interpretar e aprofundar o repertório de situações, temas e aspectos a respeito da arqueologia em sua relação com os diversos componentes da sociedade regional constituem iniciativas raras na Amazônia.

A atual postura governamental não colabora para a minimização dos impactos ocasionados aos sítios arqueológicos. De acordo com Pedro Paulo Funari e Aline Vieira de Carvalho:

O distanciamento entre a sociedade e seus diversos patrimônios pode ser superado através de ações sólidas da Educação Patrimonial. Não se almeja atribuir à sociedade um conhecimento enciclopédico sobre quais são seus patrimônios, datas de fundação, autores, características físicas, entre outros dados. Ao contrário, a Educação patrimonial deve agir no sentido de, democraticamente, construir diálogos entre a sociedade e seus patrimônios. (CARVALHO E FUNARI, 2007, p.136).

É nessa perspectiva que se faz necessária uma abordagem séria voltada para a educação patrimonial, analisando quais os meios necessários para a realização de uma educação que não se limite somente à função informativa, mas que vise fomentar um conhecimento construtivo, de interação entre a sociedade acreana e a comunidade científica responsável pelos estudos realizados nos Geoglifos.

Nesse sentido o projeto Documenta Arqueológica e Etnológica da Amazônia Ocidental é de suma importância tanto a nível político-administrativo quanto a nível social. Resgatando a documentação produzida sobre os grupos indígenas, reunindo, sistematizando e preservando dados relacionados ao universo sociocultural específico de cada população nativa, processando e produzindo dados documentais de sorte a subsidiar as necessidades de informações, torna-se possível subsidiar tanto a Educação Patrimonial quanto o fortalecimento da identidade étnica. Afinal, em curto prazo facilitará o processo de fiscalização do patrimônio arqueológico da região uma vez que atualizará o banco de dados disponível, e sua divulgação em formato didático possibilitará a ascensão de uma educação patrimonial eficaz. Através desse projeto, e dos novos elementos que ele trará, tornaremos possível que a pré-história do Acre seja reescrita.

## CONCLUSÃO

Compreender, analisar, discutir as possibilidades a respeito de qual sociedade criou essas estruturas, como fizeram tamanha obra de engenharia com os recursos da antiguidade, quais eram esses recursos, como era o clima na época, quanto tempo a sociedade floresceu e o porquê de seu declínio, é a tarefa de arqueólogos em conjunto com diversos profissionais.



O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) tombou o Geoglifo Jacó Sá, é o primeiro geoglifo tombado pelo órgão. A decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural foi no dia 8/11/2018, mas, um no meio de mais de 800 não é suficiente para preservar os sítios, e apenas tombam também não é suficiente tem que construir políticas públicas de forma de divulgar para a população e através da educação patrimonial discutir com a comunidade qual é a melhor forma de preservar.

A dificuldade está na falta de verba para pesquisas, e também na falta de publicações científicas a respeito. Divulgação com responsabilidade permite a realização de um estudo de qualidade a respeito dos Geoglifos, e impede a sua deterioração. Assim, considero que a chave para a resolução deste tema que é de natureza controversa, é a Educação Patrimonial unida ao apoio Governamental para aqueles que buscam no passado, na forma de vida complexa dessa sociedade que criou os Geoglifos, uma *“orientação para a resolução dos nossos problemas do presente”*.

## REFERÊNCIAS

- ARCURI, Marcia M. **Tribos, Cacicados ou Estados? A dualidade e Centralização da Chefia na organização social da América Pré-Colombiana**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 17: 305-320, 2007.
- Arqueologia no Brasil**. REVISTA USP, São Paulo, n.44, p. 32-51, dezembro/ fevereiro 1999-2000.
- BARRETO, Cristiana. **A Construção de um Passado Colonial: Uma Breve História da**
- CARNEIRO, Robert L. **A Base Ecológica dos Cacicados Amazônicos**, Revista de Arqueologia, n° 20, p.117-154, 2007
- CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia e Patrimônio no Século XXI: As perspectivas abertas pela arqueologia pública**. III Encontro de História da Arte-IFCH/UNICAMP, 2007, p.133-140.
- CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**, São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- FAUSTO, Carlos. **Os Índios Antes do Brasil**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- FERREIRA, Lúcio Menezes. **Arqueologia e Geoestratégia: As Fronteiras Imperiais e o uso das fontes arqueológicas (1838-1877)**. Varia História, Belo Horizonte, v. 24, p. 149-171, 2001.
- FERREIRA, Lúcio. Menezes. **Arqueologia do Sul do Brasil e Política Colonial em Hermann von Ihering**. Anos 90 (UFRGS), v. 12, p. 415-436, 2005.
- FERREIRA, Lúcio. Menezes; NOELLI, Francisco. **A Persistência da Teoria da Degeneração e do Colonialismo nos Fundamentos da Arqueologia Brasileira**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 14, p. 1239-1264, 2007.
- FUNARI, P. P. A. **Fontes Arqueológicas - os historiadores e a cultura material - Segunda Edição** 01/12/2006. In: Carla Bassanezi Pinsky. (Org.). Fontes Históricas. 2a. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006, v. , p. 81-110.
- FUNARI, P. P. A. **Teoria e Métodos na Arqueologia**. Mneme (Caicó. Online), v. 5, n. 13, 2005.
- FUNARI, P. P. A. ; NOELLI, F. S. **Pré-História do Brasil**. 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Desaparecimento e Emergência dos Grupos Subordinados na Arqueologia Brasileira**, Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 131-153, dezembro de 2002.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Teoria Arqueológica na América do Sul**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998. v. 1. 51 p.
- FUNARI, Pedro Paulo; GONZALEZ, Erika . **Ética, capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil**. História (São Paulo), v. 27, p. 13-30, 2008.
- GONZÁLEZ, Erika. **Arqueologia em Perspectiva: 150 Anos de Prática e Reflexão no Estudo de Nosso Passado**. REVISTA USP, São Paulo, n.44, p. 10-31, dezembro/ fevereiro 1999-2000.

- LANDER, Edgardo (org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais**. Perspectivas – latino- americanas. 1ª Edição, 2005
- LANGER, Jonni. **As origens da arqueologia clássica**. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, SP, v. 09, n. 09, p. 95-110, 1999.
- MACHADO, Juliana Salles. **Dos Artefatos às Aldeias: os Artefatos Arqueológicos no Entendimento das Formas de Organização Social Da Amazônia**. *Rev. Antropol.* Vol.49 no.2 São Paulo July/Dec. 2006
- MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MATOS, Olga. **Valorização de Sítios Arqueológicos**. *Praxis Archaeologica* 3, 2008, p. 31-46.
- MOBERG, Carl- Axel. **Introdução à Arqueologia**. Lisboa, Edições 70, 1968.
- NEVES, Eduardo Góes, **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006
- PEDROSA, Tatiana de Lima. **Arqueologia e interpretação: a criação de dois modelos arqueológicos para a Amazônia**. Porto Alegre, 2008, 93 f. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.
- PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB. 1992.
- PROUS, André. **O Brasil Antes dos Brasileiros: a pré-história de nosso país**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007
- RAMPANELLI, IVANDRA. **Las estructuras de tierra delimitadas por zanjas em la Amazonía Occidental**. Repositori d'Objectes Digitals per a l'Ensenyament la Recerca i la Cultura. 2016
- ROOSEVELT, Anna Curtenius. **Arqueologia Amazônica**. In **História dos Índios do Brasil**, editado por Manuela Carneiro. São Paulo: CIA das Letras: secretaria municipal de cultura, Pp. 53-86, 1992.
- SÁ, M. R. ; DOMINGUES, H. M. B. . **O Museu Nacional e o Ensino das Ciências Naturais no Brasil do Século XIX**. *Revista da SBHC*, N. 15, P. 79-88, 1996.
- SCHAAN, Denise; RANZI, Alceu; PARSSINEN, Matti (Orgs). **Arqueologia da Amazônia Ocidental: os Geoglifos do Acre**. Belém: EDUFPA; Rio Branco: Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva, 1ª Edição. 192 p. 2008
- SIMÕES, Mario F. & ARAÚJO-COSTA, Fernanda. **Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1978. 160 p. Ilust. (Publ. Avulsas, 30).

Submissão: 15/12/2020  
Aprovação: 01/02/2021